

A conservação do Património Museológico: as políticas necessárias

por **Raquel Henriques da Silva**¹

Directora do Instituto Português de Museus



I - O estado da questão

Nos museus tutelados pelo Instituto Português de Museus (IPM), a conservação e restauro dos seus acervos patrimoniais é actualmente assegurada sobretudo pelo Instituto de José de Figueiredo (IJF) ou directamente, através das suas várias oficinas especializadas, ou por acompanhamento, mais ou menos sistemático, das oficinas instaladas em alguns museus, particularmente no caso da arqueologia e do azulejo. Mais raras, mas existentes, são as situações em que os museus

adjudicam a ateliers privados determinadas intervenções: neste caso, procura-se sempre garantir também a participação do IJF, nomeadamente pelo aconselhamento das empresas a contratar. Raras são também as situações, mas já existiram, em que os museus procuraram implementar cursos de formação de técnicos auxiliares de conservação e restauro, em que o IJF sempre participou, assumindo funções de orientação global da formação. O estado da questão, sumariamente enunciado, manifesta que o IJF

¹Raquel Henriques da Silva, licenciada em História pela FL-UL, é Mestre em História da Arte e Doutorada desde 1998 pelo FCSH-UNL. Professora do Departamento de História da Arte da FCSH-UNL, é autora de inúmeras publicações da área da História da Arte e da Conservação e Restauro do Património Móvel.

tem sido, desde a criação do IPM, em 1992, a sua oficina de conservação e restauro; que as oficinas existentes nos museus são raras e dotadas de meios insuficientes; que o recurso ao mercado da especialida-



de é insignificante, em termos de volume de trabalho, o mesmo acontecendo em relação à formação descentralizada. E como o próprio IJF se debate com uma continuada crise de meios técnicos e sobretudo humanos, são grandes as carências acumuladas em termos de conservação do património museológico tutelado pelo IPM, situação que se

agrava quando se referenciam as colecções sob outras tutelas, nomeadamente das autarquias, da Igreja e das Misericórdias.

Configura-se assim a necessidade inadiável de se delinearem políticas de actuação neta matéria, algumas das quais estão já em curso e outras constituem projectos a desenvolver. Cito :

1. Autonomização do IJF como Instituto Português de Conservação e Restauro (IPCR)

De acordo com a decisão do Governo, através do Ministério da Cultura, o IPM e o IJF elaboraram, entre 1998 e o início de 1999, a proposta de Lei Orgânica do novo IPCR com o objectivo fundamental de criar um Instituto de referência nas áreas da conservação e restauro.

O Decreto-Lei nº 342/99, de 2 de Agosto de 1999 institucionalizou o novo Instituto que entrará em funcionamento em 1 de Janeiro de 2000. A partir de então, a ele competirá, em colaboração com todos os institutos com responsabilidade patrimonial mas também com as universidades e organismos internacionais especializados, definir e executar as políticas do Estado nas áreas da conservação e restauro, no âmbito da investigação e da parti-

cipação em projectos de trabalho conjuntos. A ele competirá ainda o estabelecimento de normas claras para a credenciação das empresas particulares que trabalham no sector, o envolvimento em acções de formação e estágios curriculares e, finalmente, as intervenções de conservação e restauro nas peças mais relevantes do património museológico nacional.

Evidentemente que para cumprir os seus objectivos, o IPCR deverá ser dotado de meios financeiros, técnicos e humanos adequados, através do empenho do próprio Governo mas também do estabelecimento de parcerias sistemáticas, através de contratos-programa, com os outros institutos, as universidades, os organismos de referência internacional e, finalmente, com recurso ao mecenato.

2. Implementação das oficinas nos Museus

A criação do IPCR implica, em relação aos museus tutelados pelo IPM, um esforço continuado para dinamizar as suas oficinas e criar algumas outras, no sentido de garantir que os museus possam assumir as tarefas correntes de conservação das suas colecções.

Assim, será indispensável que, na sequência da aprovação do novo





Painel explicativo de intervenção de restauro



Ação educativa sobre preservação e conservação do Património

Estatuto das carreiras específicas das áreas de museologia e conservação e restauro, os museus actualizem os seus quadros, contemplando os lugares de técnicos de conservação e restauro e, em alguns casos, de conservadores-restauradores. Simultaneamente, os museus terão, mais sistematicamente, que recorrer ao mercado para complementar ou suprir as insuficiências dos seus recursos nesta matéria.

3. Rede Portuguesa de Museus

A implementação, prevista a partir de 2000, da rede portuguesa de museus, dotada de meios financeiros adequados que deverão ser contemplados no próximo Quadro Comunitário de Apoio, terá, como componente fundamental, o estabelecimento de políticas para a conservação e restauro do património

móvel nacional.

O IPM, que, de acordo com as suas competências, tutelar este processo, vai empenhar-se em pôr as oficinas dos museus, as existentes e as que serão criadas, ao serviço desse património colectivo, mas também em estimular a criação de outras, sob diversas tutelas e em colaboração com o IPCR, as universidades e institutos politécnicos, e as potencialidades do mercado.

II - Repto à profissão

As linhas de actuação enunciadas configuram grandes desafios para os profissionais do sector.

Em primeiro lugar, precisamos de mais profissionais. E se eles irão surgir da licenciatura em conservação e restauro que foi criada em 1998, ou de outras que venham a ser implementadas, é indispensável que, simultaneamente, os profissionais em actividade continuem a aprofundar a sua formação. Por outro lado, julgo necessário também que não seja descurada a formação de técnicos de conservação e restauro de nível médio e de artífices para as diferentes áreas.

Em segundo lugar, precisamos de melhores profissionais. Neste sentido, a criação do IPCR é uma enorme esperança porque ele assumirá

um padrão de elevada qualidade, contextualizada nos influxos da investigação pluridisciplinar e no aprofundamento de uma ética exigente e permanentemente actualizada. Mas a normalização e requalificação do sector só será



significativa se for assumida por cada um dos profissionais também como projecto de vida que, a par da realização profissional, seja entendido numa dimensão cultural posta ao serviço da herança patrimonial e da comunidade. ■

As fotos que ilustram este artigo são propriedade da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva

Instituto Português de Museus



O Instituto Português de Museus é um organismo público tutelado pelo Ministério da Cultura que, desde 1992, gere 30 museus distribuídos pelo território nacional, abrangendo colecções de Artes Plásticas, Artes Decorativas, Arqueologia e Etnografia (Decreto-Lei nº 161/97 de 26 de Junho).

No âmbito das suas atribuições, cumpre ao IPM executar uma política museológica concertada nos domínios

da conservação, valorização e divulgação do património cultural móvel português.

Nessa medida, o IPM e os museus dependentes têm apostado na concretização de projectos nas seguintes áreas:

1. Requalificação dos espaços museológicos e valorização da apresentação das colecções;
2. Inventário e estudo científico das colecções;
3. Divulgação das colecções;
4. Conservação e restauro (através do Instituto José de Figueiredo)
5. Participação em grupos de trabalho comunitário.

Para lá do seu universo de 30 museus, o IPM tem a responsabilidade acrescida, determinada na sua lei orgânica (Decreto-Lei nº 161/97), de pensar a concretização da Rede Portuguesa de Museus que deverá integrar outros museus tutelados por autarquias e outras instituições públicas e privadas.